

IDEAU

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INFORMAÇÃO CONTÁBIL: UMA REVISÃO SOBRE DECISÕES PESSOAIS

FINANCIAL EDUCATION AND ACCOUNTING INFORMATION: A REVIEW OF PERSONAL DECISIONS

EDUCACIÓN FINANCIERA E INFORMACIÓN CONTABLE: UNA REVISIÓN SOBRE DECISIONES PERSONALES

Afonso Pereira da Silva Filho

Doutorando em Administração, Universidade Estadual do Norte do Paraná
(UENP), Jacarezinho, Paraná, Brasil.

E-mail: afonsopereira-@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9147-4656>

RESUMO

O estudo analisa como a literatura relaciona a educação financeira e competências contábeis básicas à qualidade das decisões financeiras pessoais, utilizando a Teoria da Agência e a assimetria informacional como lentes interpretativas. Realizou-se revisão integrativa de escopo delimitado, com protocolo explícito de busca e síntese temática de 27 fontes: 25 artigos revisados por pares e dois documentos institucionais. Os resultados indicam que a alfabetização financeira é multidimensional e que intervenções educacionais tendem a elevar conhecimento e, em diferentes intensidades, comportamentos, embora seus efeitos dependam do momento, da intensidade, do contexto socioeconômico e da aplicação prática. A literatura contábil sugere que orçamento, fluxo de caixa, leitura patrimonial, custo do crédito e avaliação de risco e retorno podem traduzir conhecimento em decisões cotidianas. Nas relações em que há delegação a consultores, gestores ou plataformas, essas competências ampliam a capacidade de monitorar informações e incentivos, mas não eliminam conflitos nem substituem regulação e proteção do consumidor. Conclui-se pela necessidade de integrar educação financeira, competências contábeis e letramento digital em iniciativas acadêmicas e de cidadania financeira.

Palavras-chave: Teoria da Agência. Assimetria Informacional. Contabilidade Pessoal. Bem-estar Econômico. Finanças Digitais.

ABSTRACT

This study analyzes how the literature relates financial education and basic accounting competencies to the quality of personal financial decisions, using Agency Theory and information asymmetry as interpretive lenses. A delimited-

DOI:10.55905/raciv5n2-006

Submitted on: 6.1.2026 | Accepted on: 6.30. 2026 | Published on: 9.16. 2026

scope integrative review was conducted with an explicit search protocol and thematic synthesis of 27 sources: 25 peer-reviewed articles and two institutional documents. The findings indicate that financial literacy is multidimensional and that educational interventions tend to improve knowledge and, to varying degrees, behavior, although effects depend on timing, intensity, socioeconomic context, and practical application. Accounting literature suggests that budgeting, cash-flow control, personal net-worth analysis, cost-of-credit assessment, and risk-return evaluation can translate knowledge into everyday decisions. In relationships involving delegation to advisers, managers, or platforms, these competencies can strengthen consumers' ability to monitor information and incentives, but they do not eliminate conflicts of interest or replace regulation and consumer protection. The review supports integrating financial education, accounting competencies, and digital literacy into academic programs and financial-citizenship initiatives.

Keywords: Agency Theory. Information Asymmetry. Personal Accounting. Economic Well-Being. Digital Finance.

RESUMEN

El estudio analiza cómo la literatura relaciona la educación financiera y las competencias contables básicas con la calidad de las decisiones financieras personales, utilizando la Teoría de la Agencia y la asimetría informativa como lentes interpretativas. Se realizó una revisión integradora de alcance delimitado, con protocolo explícito de búsqueda y síntesis temática de 27 fuentes: 25 artículos revisados por pares y dos documentos institucionales. Los resultados indican que la alfabetización financiera es multidimensional y que las intervenciones educativas tienden a mejorar el conocimiento y, con distinta intensidad, el comportamiento, aunque los efectos dependen del momento, la intensidad, el contexto socioeconómico y la aplicación práctica. La literatura contable sugiere que presupuesto, flujo de caja, análisis patrimonial, costo del crédito y evaluación de riesgo y rendimiento pueden traducir conocimiento en decisiones cotidianas. En relaciones con delegación a asesores, gestores o plataformas, estas competencias fortalecen la supervisión de información e incentivos, pero no eliminan conflictos ni sustituyen regulación y protección al consumidor. Se concluye que educación financiera, competencias contables y alfabetización digital deben integrarse en iniciativas académicas y de ciudadanía financiera.

Palabras clave: Teoría de la Agencia. Asimetría Informativa. Contabilidad Personal. Bienestar Económico. Finanzas Digitales.

1 INTRODUÇÃO

A expansão do acesso a serviços financeiros e a digitalização das relações bancárias aumentaram simultaneamente as possibilidades de inclusão e a complexidade das decisões individuais. No Brasil, o Relatório de Cidadania Financeira 2025 registra ampla disseminação de contas bancárias e de pagamento, mas alerta para riscos relacionados ao crédito, à multiplicidade de vínculos financeiros e à proteção do consumidor (Banco Central do Brasil, 2025). Em perspectiva internacional, a OECD (2023) aponta médias de 60 pontos para alfabetização financeira e de 53 para alfabetização financeira digital, em escala de 0 a 100. Revisões recentes mostram que aplicativos, crédito instantâneo e plataformas de investimento ampliam o acesso, mas exigem competências para avaliar riscos, custos, segurança e qualidade da informação (Koskelainen *et al.*, 2023; Tan; Zhang; Zhang, 2026).

O problema não se resume à ausência de conhecimento técnico. A alfabetização financeira tem sido compreendida como constructo que envolve conhecimento, habilidade de aplicação, atitudes e comportamentos capazes de sustentar decisões monetárias e financeiras ao longo da vida (Remund, 2010; Huston, 2010). Estudos brasileiros também demonstram que variáveis socioeconômicas e demográficas se associam a diferenças relevantes nos níveis de alfabetização, o que indica que políticas universais podem produzir efeitos distintos entre grupos populacionais (Potrich; Vieira; Kirch, 2015). Em levantamento nacional conduzido segundo metodologia da OECD/INFE, o Banco Central identificou média de 59,6 pontos para o letramento financeiro dos brasileiros, com espaço considerável para avanço, especialmente entre grupos vulneráveis (Banco Central do Brasil, 2025). Assim, o aumento do acesso ao sistema financeiro não implica, por si só, capacidade equivalente para compreender contratos, comparar alternativas e administrar consequências patrimoniais.

A literatura econômica e de finanças acumulou evidências de que maior alfabetização financeira se associa a planejamento, poupança, participação em investimentos e decisões de aposentadoria, levando Lusardi e Mitchell (2014) a tratar o conhecimento financeiro como forma de capital humano com efeitos sobre o bem-estar. Entretanto, os efeitos da educação financeira formal sobre comportamentos posteriores permanecem objeto de debate. Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014), em meta-análise, identificaram efeitos comportamentais modestos e decrescentes ao longo do tempo e defenderam intervenções próximas ao momento de decisão. Em contraste, Kaiser e Menkhoff (2017) encontraram impactos positivos, embora heterogêneos, e Kaiser *et al.* (2022), ao sintetizarem 76 experimentos randomizados com mais de 160 mil participantes, concluíram que programas de educação financeira produzem efeitos causais positivos sobre conhecimento e comportamentos. O conjunto dessas evidências sugere que a questão relevante não é apenas se a educação financeira funciona, mas por quais mecanismos, em quais condições e com que instrumentos ela se transforma em prática.

É nesse ponto que emerge um foco propriamente contábil. A Contabilidade organiza informações sobre recursos, obrigações, fluxos, resultados e posição patrimonial. Em escala pessoal, orçamento, controle de entradas e saídas, distinção entre ativos e passivos, cálculo do custo de dívidas e comparação entre risco, retorno e liquidez podem transformar conceitos em procedimentos de decisão. Estudos de educação contábil mostram possibilidades de integrar finanças pessoais ao ensino introdutório, ganhos de conhecimento em treinamentos e efeitos sobre alfabetização, atitudes e intenções financeiras (Lafond; Leaby, 2014; Rosacker; Rosacker, 2016; Gerrans; Heaney, 2019; Rakow, 2019).

No contexto brasileiro, os resultados reforçam a pertinência dessa aproximação. Melo e Moreira (2021) verificaram nível intermediário de educação financeira mesmo entre concluintes de Ciências Contábeis e alertaram que a formação do curso não explica isoladamente a evolução do conhecimento. Lima, Custódio e Lagioia (2024) identificaram conhecimento básico, mas incertezas sobre risco e retorno no mercado de capitais entre estudantes de Contabilidade.

Dias *et al.* (2025), por sua vez, relacionaram hábitos financeiros e decisões econômicas de graduandos, destacando a importância de práticas conscientes. Tais evidências indicam que cursar Contabilidade não garante automaticamente domínio de finanças pessoais e, ao mesmo tempo, revelam que a formação contábil possui instrumentos potencialmente úteis para reduzir a distância entre conhecimento abstrato e decisão cotidiana.

Apesar dessa convergência, alfabetização financeira, educação contábil e proteção do consumidor costumam ser tratadas em vertentes separadas. Falta explicitar como competências contábeis básicas podem operar como mecanismos práticos da educação financeira e como essa relação se altera em ambientes marcados por desigualdade de informação. A Teoria da Agência é pertinente quando o indivíduo delega recomendação, seleção, execução ou monitoramento a consultores, gestores ou plataformas cujos incentivos podem divergir dos seus (Jensen; Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989). Nas relações comuns de compra, venda ou crédito sem delegação, a assimetria informacional e os incentivos de mercado — e não a agência em sentido estrito — oferecem a lente mais precisa (Akerlof, 1970).

Diante desse quadro, formula-se a seguinte questão: como a literatura relaciona educação financeira e competências contábeis básicas à qualidade das decisões financeiras pessoais e em que medida a Teoria da Agência e a assimetria informacional contribuem para interpretar essa relação? O objetivo é analisar criticamente essa relação por meio de revisão integrativa, identificando evidências, controvérsias, aplicações à educação contábil e implicações para decisões de crédito, poupança, investimento e gestão patrimonial.

A contribuição do artigo é tripla. No plano conceitual, propõe-se tratar competências contábeis pessoais como uma camada operacional entre alfabetização financeira e comportamento, sem criar um novo constructo psicométrico e sem equiparar Contabilidade a educação financeira. No plano teórico, a Teoria da Agência é utilizada para mostrar que conhecimento e registros podem reduzir custos de compreensão e monitoramento, mas não eliminam conflitos de interesse nem substituem proteção regulatória. No plano educacional e prático, a síntese oferece elementos para currículos de Ciências

Contábeis, programas de cidadania financeira e atuação de profissionais que orientam indivíduos e famílias. A proposta também evita responsabilizar exclusivamente o consumidor por resultados financeiros, reconhecendo que renda, contexto social, vieses, desenho dos produtos e qualidade da informação condicionam as escolhas (Potrich; Vieira; Kirch, 2015; Fernandes; Lynch Jr.; Netemeyer, 2014; Koskelainen *et al.*, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

Educação financeira e alfabetização financeira não são expressões equivalentes. A primeira diz respeito ao processo de aprendizagem, às intervenções, aos conteúdos e às experiências destinadas a ampliar capacidades para lidar com recursos monetários. A segunda descreve, em sentido mais amplo, o resultado ou a competência observável do indivíduo para compreender e aplicar conceitos em decisões reais. Huston (2010) destaca que a literatura historicamente misturou conhecimento financeiro, alfabetização e educação, dificultando comparações entre pesquisas. Remund (2010), ao revisar definições existentes, identificou elementos recorrentes relacionados a conhecimento, comunicação de conceitos, administração das finanças pessoais, tomada de decisão e confiança para planejar o futuro.

A distinção é metodologicamente relevante porque uma pessoa pode ter participado de cursos sem demonstrar competência aplicada, assim como pode desenvolver conhecimentos por experiência profissional, familiar ou autodidata. Essa diferença ajuda a interpretar achados empíricos aparentemente contraditórios. Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) encontraram associação maior entre alfabetização medida e comportamentos do que entre intervenções educacionais e comportamentos posteriores, sugerindo que características pessoais omitidas podem explicar parte da associação. Em meta-análise posterior, Kaiser e Menkhoff (2017) mostraram que os programas tendem a melhorar alfabetização e comportamento, mas os efeitos variam

segundo renda, intensidade e momento da intervenção. Kaiser *et al.* (2022) reforçaram a existência de efeitos causais positivos quando o foco recai sobre experimentos randomizados, o que indica avanço na qualidade das evidências e afasta a interpretação simplista de que educação financeira seria ineficaz.

Outra questão central é a dimensionalidade. Potrich, Vieira e Kirch (2015) operacionalizaram a alfabetização financeira combinando conhecimento, atitude e comportamento, demonstrando que características como renda, escolaridade e gênero ajudam a explicar diferenças entre indivíduos. Vieira, Moreira Junior e Potrich (2019) desenvolveram indicador com Teoria da Resposta ao Item, contribuindo para mensuração mais refinada da proficiência. A OECD (2023) também adota uma visão multidimensional que considera conhecimento, comportamento e atitudes, além de indicadores de inclusão, bem-estar e competência digital. Esses modelos deslocam o debate de um teste puramente matemático para uma compreensão mais próxima da capacidade de agir.

Esse deslocamento é particularmente importante para a Contabilidade. Conhecer a fórmula de juros compostos não garante que o indivíduo registre obrigações futuras, compare o custo efetivo de alternativas, perceba deterioração do patrimônio líquido ou adapte gastos quando o fluxo de caixa se torna deficitário. Da mesma forma, saber que diversificação reduz risco não significa possuir critérios para compatibilizar investimentos com liquidez, horizonte e reservas. Assim, o conhecimento financeiro funciona como condição necessária em muitas decisões, mas sua tradução em procedimentos de controle e interpretação é um desafio educacional adicional (Huston, 2010; Lusardi; Mitchell, 2014; Abreu; Delfino; Araujo, 2024).

2.2 COMPETÊNCIAS CONTÁBEIS BÁSICAS APLICADAS ÀS FINANÇAS PESSOAIS

A aproximação entre educação financeira e Contabilidade deve ser feita com cuidado para não reduzir uma área à outra. A alfabetização financeira inclui dimensões comportamentais, psicológicas e sociais que extrapolam o escopo contábil. Ainda assim, a Contabilidade oferece conceitos e rotinas com utilidade

direta na administração de recursos pessoais. Orçamento e acompanhamento de caixa permitem tornar visíveis restrições de renda; a noção de patrimônio líquido relaciona ativos e obrigações; o reconhecimento de compromissos futuros evita que a análise se limite ao saldo bancário disponível; e a comparação entre custo, prazo, retorno e risco oferece critérios para decisões de financiamento e investimento.

A literatura de educação contábil fornece evidências de que essa interseção pode ser pedagogicamente produtiva. Lafond e Leauby (2014) incorporaram finanças pessoais a um curso introdutório de Contabilidade Financeira e relataram maior interesse e conexões mais claras com a vida cotidiana. Rosacker e Rosacker (2016) identificaram ganho de conhecimento após treinamento com estudantes de Contabilidade e negócios. Gerrans e Heaney (2019) observaram que a educação universitária em finanças pessoais influencia alfabetização, atitudes e intenções. Rakow (2019) defendeu a integração curricular tanto pelas necessidades dos estudantes quanto pelo papel do contador, frequentemente consultado sobre questões financeiras.

Os estudos brasileiros, porém, recomendam cautela com a expectativa de que conteúdos contábeis tradicionais produzam automaticamente competência financeira pessoal. Melo e Moreira (2021), com 147 discentes de Ciências Contábeis, encontraram nível intermediário de conhecimento financeiro nos grupos iniciais e finais; embora concluintes tenham desempenho superior, idade e ocupação também se mostraram relevantes. Lima, Custódio e Lagioia (2024) observaram conhecimento básico sobre investimentos, mas falta de profundidade na compreensão de riscos e retornos. Dias *et al.* (2025), ao analisar 144 graduandos, identificaram relação favorável entre educação financeira, hábitos conscientes e gestão financeira. O conjunto indica potencial do currículo, mas também evidencia lacuna entre formação técnico-contábil e aplicação pessoal.

Neste artigo, a expressão “competências contábeis básicas aplicadas às finanças pessoais” é utilizada como categoria analítica, e não como escala validada. Ela reúne cinco capacidades recorrentes e diretamente associáveis à lógica contábil: planejar e acompanhar orçamento e fluxo de caixa; identificar

ativos, passivos e patrimônio líquido; mensurar custos de crédito e efeitos temporais de juros; comparar risco, retorno e liquidez; e manter registros que permitam conciliação e avaliação periódica. A proposição é que essas capacidades podem atuar como ponte entre conhecimento financeiro e comportamento porque transformam informações dispersas em representações comparáveis e acompanháveis. Essa leitura é coerente com evidências de que habilidades práticas continuam deficitárias mesmo quando estudantes demonstram consciência conceitual (Abreu; Delfino; Araujo, 2024).

2.3 TEORIA DA AGÊNCIA E ASSIMETRIA INFORMACIONAL

A Teoria da Agência analisa relações nas quais uma parte, o principal, delega atividades ou decisões a outra, o agente, podendo surgir divergência de interesses, diferenças de aversão ao risco e custos de monitoramento (Jensen; Meckling, 1976). Eisenhardt (1989) sistematiza duas vertentes da teoria e destaca a relevância de sistemas de informação, incerteza de resultados, incentivos e risco para compreender estruturas de governança. Em pesquisas contábeis, a perspectiva tornou-se influente justamente porque a informação é mecanismo de acompanhamento, contratação e redução de problemas decorrentes da separação entre quem fornece recursos e quem toma decisões.

A aplicação às finanças pessoais exige delimitação. A agência existe quando o consumidor, como principal, delega a um consultor, gestor ou plataforma, como agente, tarefas de recomendação, seleção, execução ou monitoramento e não consegue observar integralmente ações, qualidade ou incentivos. Uma compra, um contrato de crédito ou a relação vendedor-consumidor não constituem agência automaticamente: sem delegação, o problema é mais bem descrito pela assimetria informacional e pelos incentivos de mercado. Akerlof (1970) demonstra como diferenças de informação sobre qualidade afetam mercados e complementa, nesses casos, a lente de agência.

A educação financeira pode reduzir parte dessa desvantagem informacional ao melhorar a capacidade de formular perguntas, comparar alternativas e reconhecer implicações de prazo, risco e custo. As competências

contábeis acrescentam um mecanismo de monitoramento: registros próprios permitem confrontar promessas com efeitos observados no caixa e no patrimônio; cálculos de custo e retorno tornam ofertas comparáveis; e a separação entre ativos e obrigações reduz o viés de olhar apenas para disponibilidade imediata. Sob essa interpretação, o ganho não decorre de eliminar a assimetria, mas de diminuir dependência cega e custos de verificação. Essa inferência é compatível com a ênfase de Eisenhardt (1989) em sistemas de informação como instrumentos que alteram a capacidade de observar ações e resultados.

A perspectiva também impõe um limite normativo importante: problemas financeiros não devem ser atribuídos exclusivamente à baixa alfabetização do consumidor. Mesmo indivíduos capacitados podem enfrentar contratos complexos, incentivos de venda, desenho persuasivo de interfaces, fraudes ou choques de renda. Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) já sugeriam combinar educação, arquitetura de escolha e regulação. A digitalização amplia simultaneamente autonomia e exposição a novos riscos, exigindo que educação financeira seja articulada à proteção do consumidor e à qualidade da informação (Koskelainen *et al.*, 2023; OECD, 2023; Banco Central do Brasil, 2025). Portanto, a Teoria da Agência é empregada neste estudo para explicar uma parte relacional do fenômeno e não como explicação totalizante do comportamento financeiro.

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA REVISÃO

A pesquisa adota abordagem qualitativa, caráter teórico-descritivo e revisão integrativa de escopo delimitado, sem pretensão de cobertura sistemática exaustiva. Revisões de literatura constituem método de pesquisa quando apresentam critérios explícitos de busca, avaliação e síntese e produzem integração conceitual, em vez de apenas enumerar estudos (Snyder, 2019). A opção integrativa é adequada porque o problema reúne trabalhos

conceituais, meta-análises, pesquisas empíricas de educação financeira, estudos de educação contábil e documentos institucionais. Conforme Torracco (2005), esse desenho deve comparar perspectivas, identificar tensões e construir uma síntese que reorganize o conhecimento disponível.

A revisão foi orientada pela questão de pesquisa e por quatro núcleos: conceituação e mensuração da alfabetização financeira; efeitos da educação financeira sobre conhecimento e comportamento; interseções com educação e competências contábeis; e assimetria informacional em ambientes financeiros tradicionais e digitais. Foram priorizados artigos revisados por pares em periódicos de Contabilidade, Finanças, Administração, Educação e estudos do consumidor, complementados por documentos oficiais da OECD e do Banco Central do Brasil e por trabalhos seminais necessários à fundamentação teórica.

3.2 ESTRATÉGIA DE BUSCA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

As buscas e verificações foram realizadas até 1º de setembro de 2026 em SciELO, Google Scholar, portais de periódicos e páginas oficiais do Banco Central do Brasil e da OECD. Foram combinados, em português e inglês, os descritores: “educação financeira”, “alfabetização financeira”, “financial education”, “financial literacy”, “accounting education”, “accounting students”, “personal finance”, “financial behavior”, “digital financial literacy”, “agency theory” e “information asymmetry”. A busca foi complementada pelo rastreamento de referências de estudos centrais e pela conferência de DOI, registros Crossref e páginas editoriais. Priorizou-se o período de 2014 a 2026, mantendo trabalhos anteriores quando seminais para definições, teoria ou mensuração.

Foram incluídas fontes diretamente relacionadas a pelo menos um dos quatro núcleos analíticos e com informação suficiente sobre objetivo, método ou argumento central. Excluíram-se materiais promocionais, textos sem autoria identificável, páginas de orientação financeira sem revisão acadêmica e documentos cujo vínculo com o problema se limitava à ocorrência de palavras-chave. O conjunto final compreendeu 27 fontes: 25 artigos revisados por pares e dois relatórios institucionais. Não se adotou fluxo PRISMA nem contagem de

exclusões por etapa, pois a revisão não reivindica exaustividade sistemática; essa limitação é explicitada na conclusão.

3.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E SÍNTESE

A análise foi conceito-cêntrica. Para cada fonte, registraram-se objetivo ou argumento, contexto, método, resultado principal e contribuição para a questão do artigo, distinguindo funções teóricas, metodológicas, empíricas e institucionais. Em seguida, os achados foram comparados quanto a convergências, divergências e condições de contorno. A primeira rodada agrupou estudos por foco; a segunda relacionou os achados às competências contábeis; e a terceira interpretou apenas situações de efetiva delegação à luz da Teoria da Agência, mantendo os demais problemas sob a lente da assimetria informacional.

A consistência da síntese foi buscada por triangulação. Meta-análises sustentaram a avaliação dos efeitos gerais das intervenções; estudos com universitários e discentes de Ciências Contábeis examinaram a dimensão educacional; pesquisas brasileiras forneceram contexto; e documentos oficiais aproximaram a discussão de indicadores e políticas atuais. Essa combinação permitiu confrontar evidências produzidas por desenhos distintos sem atribuir a todas o mesmo peso inferencial.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 MAPA DAS EVIDÊNCIAS E EIXOS DA LITERATURA

A literatura examinada pode ser organizada em quatro eixos complementares. O primeiro define e mensura alfabetização financeira; o segundo estima seus efeitos e os resultados de intervenções; o terceiro aproxima educação financeira e formação contábil; e o quarto discute desafios associados à digitalização e à desigualdade de informação. O Quadro 1 sintetiza estudos representativos utilizados para construir essa leitura. Em vez de apresentar uma

sequência autor por autor, a matriz evidencia a função de cada trabalho na argumentação e permite visualizar como resultados de diferentes desenhos de pesquisa se conectam.

Quadro 1. Síntese de estudos centrais para a revisão

Estudo	Abordagem/contexto	Contribuição para a síntese
Remund (2010); Huston (2010)	Revisões conceituais e de mensuração	Diferenciam educação, conhecimento e alfabetização; mostram necessidade de constructos claros e aplicação prática.
Lusardi; Mitchell (2014)	Revisão teórica e empírica em economia	Trata conhecimento financeiro como capital humano e associa alfabetização a decisões econômicas e bem-estar.
Fernandes; Lynch Jr.; Netemeyer (2014)	Meta-análise e estudos empíricos	Aponta efeitos comportamentais pequenos e decrescentes de intervenções e defende educação próxima ao momento de decisão.
Kaiser; Menkhoff (2017)	Meta-análise de avaliações de impacto	Encontra efeitos positivos, porém heterogêneos; intensidade, renda e teachable moments importam.
Kaiser <i>et al.</i> (2022)	Meta-análise de 76 experimentos randomizados	Confirma efeitos causais positivos sobre conhecimento e comportamentos, com magnitude economicamente relevante.
Potrich; Vieira; Kirch (2015)	Pesquisa brasileira multidimensional	Mostra influência de características socioeconômicas e demográficas na alfabetização financeira.
Vieira; Moreira Junior; Potrich (2019)	Construção de indicador com TRI	Aprimora mensuração de proficiência e reforça caráter multidimensional da educação financeira.
Lafond; Leauby (2014); Gerrans; Heaney (2019); Rakow (2019)	Educação contábil	Mostram viabilidade e relevância de integrar finanças pessoais ao ensino de Contabilidade e efeitos sobre alfabetização, atitudes e intenções.
Rosacker; Rosacker (2016)	Intervenção com estudantes de Contabilidade e negócios	Treinamento de curta duração elevou conhecimento financeiro dos participantes.
Melo; Moreira (2021)	147 discentes de Ciências Contábeis	Concluintes apresentaram melhora, mas permaneceram em nível intermediário; experiência e ocupação também importam.
Abreu; Delfino; Araujo (2024)	Ensino superior e habilidades financeiras	Identifica lacuna entre consciência conceitual e competências práticas, reforçando papel curricular das instituições.
Koskelainen <i>et al.</i> (2023); Yang; Wu; Huang (2023); Tan; Zhang; Zhang (2026)	Revisões e evidência sobre finanças digitais	Mostram que a digitalização amplia oportunidades e riscos e que a alfabetização digital-financeira é multidimensional.

Fonte: elaboração própria com base nas fontes revisadas.

O primeiro resultado transversal é que a literatura amadureceu da discussão sobre definições para a avaliação de mecanismos e resultados. Trabalhos de 2010 chamavam atenção para inconsistências conceituais e métricas pouco comparáveis (Remund, 2010; Huston, 2010). Pesquisas posteriores passaram a empregar constructos multidimensionais, instrumentos mais sofisticados e desenhos experimentais, permitindo distinguir melhor conhecimento, atitude, comportamento e efeitos de programas (Potrich; Vieira; Kirch, 2015; Vieira; Moreira Junior; Potrich, 2019; Kaiser *et al.*, 2022). Essa evolução é importante para o foco contábil porque impede tratar desempenho em perguntas de juro como sinônimo de capacidade de controlar patrimônio e tomar decisões sustentáveis.

O segundo resultado é a persistência de desigualdades. Diferenças de renda, escolaridade, gênero, idade e experiência aparecem em estudos nacionais e internacionais e se relacionam à exposição a produtos, oportunidades de aprendizagem e vulnerabilidade (Potrich; Vieira; Kirch, 2015; OECD, 2023; Banco Central do Brasil, 2025). Portanto, uma leitura exclusivamente individualista é insuficiente. A competência financeira se desenvolve em estruturas sociais e mercados específicos, o que também condiciona o acesso à informação e a possibilidade de converter conhecimento em escolhas.

4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA MUDA COMPORTAMENTOS? UMA EVIDÊNCIA CONDICIONAL

A principal controvérsia diz respeito à passagem do aprendizado para o comportamento. Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) identificaram efeitos modestos e decrescentes de intervenções e defenderam educação próxima ao momento da decisão, arquitetura de escolha e regulação. Meta-análises posteriores qualificaram essa conclusão: Kaiser e Menkhoff (2017) encontraram impactos positivos, porém heterogêneos, e Kaiser *et al.* (2022), ao sintetizarem 76 experimentos randomizados, identificaram efeitos causais positivos sobre conhecimento e comportamento. Em conjunto, os estudos mostram que o



resultado depende do desenho, da intensidade, do intervalo até a decisão e das características do público.

A perspectiva contábil oferece um mecanismo plausível para reduzir a perda de efeito: rotinas de registro e controle criam ocasiões recorrentes de aplicação. Orçamento mensal, controle de dívidas, demonstrativo pessoal de patrimônio e comparação padronizada de alternativas transformam conceitos em sistemas pessoais de informação (Lafond; Leauby, 2014; Rosacker; Rosacker, 2016; Gerrans; Heaney, 2019; Rakow, 2019). Essa proposta não elimina restrições materiais: controle informacional amplia a capacidade de decisão, mas não neutraliza renda insuficiente, emergências ou condições de mercado.

4.3 A CONTRIBUIÇÃO CONTÁBIL: DO CONHECIMENTO AO CONTROLE PESSOAL

A literatura de educação contábil permite identificar uma contribuição específica: os conceitos contábeis podem organizar a informação pessoal em dimensões que têm correspondência direta com decisões financeiras. O Quadro 2 apresenta uma síntese analítica dessas competências. A proposição não é transformar famílias em entidades obrigadas a produzir demonstrações formais, mas utilizar a lógica de reconhecimento, mensuração, comparação e acompanhamento para reduzir decisões baseadas apenas no saldo disponível ou na parcela mensal.

Quadro 2. Competências contábeis básicas e sua função nas decisões financeiras pessoais

Competência	Aplicação	Decisões apoiadas	Relação com informação/monitoramento
Orçamento e fluxo de caixa	Registrar entradas, saídas, compromissos e folgas temporais.	Consumo, poupança, reserva e capacidade de pagamento.	Reduz dependência da percepção subjetiva e permite conferir efeitos de ofertas e contratos.
Posição patrimonial	Relacionar ativos, obrigações e patrimônio líquido ao longo do tempo.	Endividamento, aquisição de bens e acumulação patrimonial.	Permite avaliar se uma decisão aumenta ativos líquidos ou apenas amplia obrigações.



Competência	Aplicação	Decisões apoiadas	Relação com informação/monitoramento
Custo do crédito	Calcular e comparar juros, prazo, custo total e efeito de parcelamentos.	Empréstimos, cartão, financiamentos e renegociação.	Diminui vantagem informacional do ofertante na comparação de alternativas.
Risco, retorno e liquidez	Relacionar expectativa de retorno, possibilidade de perda e necessidade de caixa.	Investimentos, reserva de emergência e previdência.	Aumenta capacidade de questionar recomendações e adequação de produtos ao perfil e ao horizonte.
Registro e conciliação	Conferir extratos, contratos, tarifas e evolução de saldos.	Uso de contas, aplicativos, assinaturas e produtos digitais.	Aumenta monitoramento posterior e facilita identificar cobranças, erros ou inconsistências.

Fonte: elaboração própria com base em Lafond e Leauby (2014), Rosacker e Rosacker (2016), Gerrans e Heaney (2019), Rakow (2019) e na síntese teórica.

Orçamento e fluxo de caixa transformam renda e gastos em informação temporal, permitindo antecipar déficits e relacionar decisões presentes a restrições futuras. A leitura patrimonial amplia a análise além da próxima parcela ao vincular bens, obrigações e variação do patrimônio líquido. Essas práticas respondem à lacuna entre consciência conceitual e domínio aplicado observada entre universitários e podem ser incorporadas ao ensino sem substituir conteúdos profissionais (Lafond; Leauby, 2014; Abreu; Delfino; Araujo, 2024).

A mensuração do custo do crédito converte juros, prazo e tarifas em alternativas comparáveis. Embora juros compostos e valor do dinheiro no tempo sejam recorrentes nos instrumentos de alfabetização, no cotidiano o consumidor precisa superar a parcela como único parâmetro e avaliar o custo total da obrigação (Huston, 2010; Lusardi; Mitchell, 2014). Essa capacidade é especialmente relevante em mercados de crédito difundido e múltiplos relacionamentos financeiros (Banco Central do Brasil, 2025).

Risco, retorno, liquidez e conciliação ganham importância em ambientes digitais. Persistem lacunas entre estudantes de Contabilidade quanto à avaliação de investimentos, enquanto produtos digitais mais complexos exigem maior alfabetização (Lima; Custódio; Lagioia, 2024; Yang; Wu; Huang, 2023). Registrar

transações, verificar tarifas e acompanhar ativos e dívidas complementam a navegação segura e a compreensão de riscos digitais (Koskelainen *et al.*, 2023).

4.4 TEORIA DA AGÊNCIA: INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO MECANISMO DE MONITORAMENTO

A contribuição da Teoria da Agência aparece quando existe delegação. Ao confiar recomendação, seleção, execução ou monitoramento a um consultor, gestor de carteira ou plataforma que atue em seu nome, o consumidor assume o papel de principal e pode não observar integralmente a qualidade da atuação ou os incentivos do agente (Jensen; Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989). Já um banco que concede crédito ou uma instituição que vende produto próprio é, em regra, contraparte comercial, e não agente do consumidor; nesse caso, assimetria informacional, incentivos de venda e proteção de mercado são categorias mais adequadas.

Nas relações delegadas, a informação contábil pessoal reduz custos de monitoramento em três momentos: antes da contratação, ao identificar necessidade e limites do orçamento; durante a escolha, ao comparar custo, prazo, risco e impacto patrimonial; e depois, ao confrontar resultados com o esperado. Nas relações sem delegação, os mesmos registros melhoram a comparação e a verificação, mas não convertem a contraparte em agente. Em ambos os casos, o consumidor organiza dados próprios para questionar ofertas e acompanhar consequências.

Essa redução é parcial. Akerlof (1970) demonstra que mercados com incerteza sobre qualidade podem sofrer efeitos que não desaparecem pela diligência de um comprador isolado. De forma semelhante, produtos financeiros podem incorporar cláusulas complexas, riscos difíceis de observar ou incentivos de remuneração pouco transparentes. A educação financeira aumenta capacidade de proteção, mas não corrige sozinha o desenho institucional. Por isso, os resultados de Fernandes, Lynch Jr. e Netemeyer (2014) permanecem atuais ao sugerir combinação entre educação, arquitetura de escolha e regulação. A OECD (2023) e o Banco Central do Brasil (2025) também

posicionam alfabetização dentro de um conjunto mais amplo que inclui proteção, inclusão e bem-estar.

A teoria ajuda ainda a explicar por que profissionais contábeis têm responsabilidade particular. Rakow (2019) observa que contadores são frequentemente procurados para aconselhamento financeiro. Quando o profissional ocupa papel de orientador, ele deixa de ser apenas usuário da alfabetização e passa a ser parte de uma relação em que o cliente depende de sua competência e ética. Assim, incorporar finanças pessoais ao currículo não deve ter como finalidade somente melhorar a vida financeira do estudante, mas também prepará-lo para comunicar riscos, explicitar premissas, reconhecer conflitos e evitar recomendações que extrapolem sua competência profissional.

4.5 DIGITALIZAÇÃO, VULNERABILIDADE E LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO INDIVIDUAL

A digitalização amplia a importância do argumento informacional porque reduz o tempo entre estímulo, decisão e execução. Koskelainen *et al.* (2023) identificam fintech, comportamento digital e intervenções comportamentais como eixos da agenda de alfabetização financeira digital. Yang, Wu e Huang (2023) mostram que a alfabetização favorece o uso de finanças digitais, sobretudo em produtos complexos. Em revisão sistemática de 53 artigos publicados entre 2005 e 2025, Tan, Zhang e Zhang (2026) reforçam que a alfabetização financeira digital é multidimensional e envolve conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários ao uso seguro de serviços digitais.

No Brasil, a bancarização avançou, mas cidadania financeira também depende de educação, proteção e qualidade de uso (Banco Central do Brasil, 2025). A resposta educacional deve incluir leitura de contratos digitais, segurança, reconhecimento de fraudes, comparação de custos e controle de múltiplas contas. Como alfabetização e condições materiais não se distribuem uniformemente, as aplicações contábeis precisam ser adaptadas: sazonalidade e encargos para famílias de baixa renda; reserva e risco para jovens

investidores; cobranças recorrentes e fraude para idosos (Potrich; Vieira; Kirch, 2015; OECD, 2023).

A principal implicação ética da revisão é rejeitar a ideia de que baixa alfabetização explica isoladamente endividamento ou dificuldades financeiras. Vieses cognitivos, restrições de renda e características sociodemográficas influenciam decisões, como mostram estudos brasileiros sobre alfabetização e comportamento (Potrich; Vieira; Kirch, 2015; Silva; Lucena, 2022). A Teoria da Agência acrescenta que incentivos do lado da oferta também importam. Desse modo, a educação financeira deve aumentar autonomia sem transferir ao indivíduo toda a responsabilidade por mercados mal desenhados, informação insuficiente ou práticas de venda inadequadas.

4.6 SÍNTESE PROPOSITIVA E AGENDA DE PESQUISA

A síntese permite propor uma cadeia conceitual: educação financeira fornece experiências e conteúdos; alfabetização financeira representa conhecimento, atitudes e capacidades; competências contábeis pessoais transformam parte dessas capacidades em informação estruturada; e essa informação apoia decisões e monitoramento. O resultado é condicionado por renda, experiência, vieses, digitalização, qualidade dos produtos, proteção regulatória e choques. Nas relações com efetiva delegação, a Teoria da Agência explica como informação própria pode reduzir parte da desvantagem do consumidor. Trata-se de proposição teórica derivada da revisão, não de mediação estatística comprovada.

Uma primeira agenda é testar se instrumentos contábeis simples acrescentam efeitos aos cursos tradicionais. Experimentos podem comparar conteúdo conceitual isolado com conteúdo acompanhado de orçamento, demonstrativo patrimonial e conciliação durante alguns meses, examinando a persistência comportamental (Kaiser; Menkhoff, 2017; Kaiser *et al.*, 2022). Estudos multicêntricos com estudantes e profissionais de Contabilidade também podem comparar currículos, controlar experiência e características

socioeconômicas e verificar se maior alfabetização melhora a comunicação com clientes (Melo; Moreira, 2021; Lima; Custódio; Lagioia, 2024).

A terceira agenda é digital e regulatória. Ferramentas de Open Finance, agregadores e aplicativos já permitem consolidar dados de múltiplas contas, o que pode automatizar parte da contabilidade pessoal. Estudos futuros podem avaliar se painéis de patrimônio, alertas de custo de crédito e comparadores melhoram decisões ou apenas aumentam volume de informação. A Teoria da Agência sugere examinar quem desenha esses painéis, quais incentivos orientam recomendações e se a personalização reduz ou aumenta conflitos. A agenda de Koskelainen *et al.* (2023) e as evidências de Yang, Wu e Huang (2023) reforçam que alfabetização digital deve acompanhar a transformação dos produtos.

Por fim, pesquisas devem aprofundar heterogeneidade e bem-estar. O efeito de uma intervenção pode ser positivo em conhecimento e neutro em poupança quando o indivíduo simplesmente não dispõe de renda para poupar. Avaliações precisam separar incapacidade informacional de restrição econômica. Medidas de resultado deveriam incluir redução de custos evitáveis, melhor adequação do crédito, resiliência, capacidade de comparar produtos e qualidade do controle patrimonial, além de indicadores tradicionais de poupança e investimento. Essa ampliação evita transformar a educação financeira em mecanismo de julgamento moral e aproxima a pesquisa de objetivos concretos de cidadania financeira (OECD, 2023; Banco Central do Brasil, 2025).

5 CONCLUSÃO

O artigo analisou como educação financeira e competências contábeis básicas se relacionam à qualidade das decisões pessoais, sob as lentes da Teoria da Agência e da assimetria informacional. A revisão confirma que alfabetização financeira é multidimensional: conhecimento, atitudes, comportamento, experiência e contexto social interagem, enquanto a digitalização acelera e torna mais complexas as escolhas (Huston, 2010; OECD, 2023; Tan; Zhang; Zhang, 2026).

A resposta à questão de pesquisa é que a educação financeira produz ganhos de conhecimento e pode melhorar comportamentos, mas os efeitos dependem do desenho, da intensidade e do momento da intervenção (Fernandes; Lynch Jr.; Netemeyer, 2014; Kaiser; Menkhoff, 2017; Kaiser *et al.*, 2022). Orçamento e fluxo de caixa, leitura patrimonial, mensuração do custo do crédito, análise de risco e retorno e conciliação constituem uma via plausível para converter conhecimento em informação recorrente.

A Teoria da Agência contribui sobretudo para decisões em que o consumidor delega atividades a consultores, gestores ou plataformas. Nessas relações, informação própria e capacidade de comparação podem reduzir custos de monitoramento e dependência informacional, mas não eliminam conflitos (Jensen; Meckling, 1976; Eisenhardt, 1989). Nas relações comuns de compra, venda e crédito sem delegação, a assimetria informacional oferece explicação mais adequada (Akerlof, 1970). Em ambos os casos, educação não substitui regulação: políticas eficazes devem articular capacitação, transparência, arquitetura de escolha, supervisão e proteção do consumidor.

Para a Contabilidade, o estudo integra alfabetização financeira e educação contábil e mostra como conceitos da área podem organizar a vida financeira sem reproduzir formalidades empresariais. Aos cursos, recomenda atividades aplicadas a decisões pessoais e digitais; aos profissionais, comunicação clara, reconhecimento de conflitos e respeito aos limites de atuação quando clientes solicitam orientação financeira.

A revisão possui limitações. Por ser integrativa e de escopo delimitado, não oferece cobertura exaustiva nem estimativa própria de efeito e depende da qualidade das fontes selecionadas. O recorte interdisciplinar aproxima constructos criados com objetivos distintos, e a categoria “competências contábeis básicas aplicadas às finanças pessoais” ainda não constitui escala validada. Estudos futuros podem testar o modelo em experimentos e pesquisas longitudinais, comparar estudantes de diferentes cursos e examinar como ferramentas digitais de consolidação de dados alteram assimetria informacional, monitoramento e bem-estar.

6 DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Declara-se que a ferramenta ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI, foi utilizada como apoio à organização da revisão, à estruturação argumentativa, à revisão linguística e à formatação do manuscrito. A ferramenta não foi reconhecida como autora nem utilizada para produzir dados ou resultados empíricos. As fontes e informações bibliográficas foram verificadas durante a preparação do texto, e a responsabilidade integral pelo conteúdo, pela originalidade, pela precisão e pela aprovação da versão final permanece com o autor. O uso da ferramenta será igualmente informado no sistema de submissão, em conformidade com a política da RACI.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C.; DELFINO, G. M.; ARAUJO, F. O. de. Alfabetização financeira no ensino superior: uma análise do nível de conhecimento de alunos e a contribuição da instituição. *Ciência & Educação (Bauru)*, Bauru, v. 30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1516-731320240029>.
- AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Oxford, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970. DOI: <https://doi.org/10.2307/1879431>.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2025. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2025.pdf. Acesso em: 31 ago. 2026.
- DIAS, B. S.; DURIGON, A. R.; SILVA, J. V. V. M. da; GUIMARÃES, T. S. Hábitos financeiros e decisões econômicas: uma análise das percepções dos estudantes de Ciências Contábeis. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, Cáceres, v. 14, n. 27, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30681/ruc.v14i27.13445>.
- EISENHARDT, K. M. Agency theory: an assessment and review. *Academy of Management Review*, Briarcliff Manor, v. 14, n. 1, p. 57-74, 1989. DOI: <https://doi.org/10.5465/amr.1989.4279003>.
- FERNANDES, D.; LYNCH JR., J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, Catonsville, v. 60, n. 8, p. 1861-1883, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>.
- GERRANS, P.; HEANEY, R. The impact of undergraduate personal finance education on individual financial literacy, attitudes and intentions. *Accounting & Finance*, Hoboken, v. 59, n. 1, p. 177-217, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1111/acfi.12247>.
- HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, Hoboken, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>.
- JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, Amsterdam, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. DOI: [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X).
- KAISER, T.; LUSARDI, A.; MENKHOFF, L.; URBAN, C. Financial education affects financial knowledge and downstream behaviors. *Journal of Financial Economics*, Amsterdam, v. 145, n. 2, p. 255-272, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2021.09.022>.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. Does financial education impact financial literacy and financial behavior, and if so, when? *The World Bank Economic Review*, Oxford, v. 31, n. 3, p. 611-630, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/wber/lhx018>.

KOSKELAINEN, T.; KALMI, P.; SCORNAVACCA, E.; VARTIAINEN, T. Financial literacy in the digital age: a research agenda. *Journal of Consumer Affairs*, Hoboken, v. 57, n. 1, p. 507-528, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/joca.12510>.

LAFOND, C. A.; LEAUBY, B. Integrating financial literacy concepts into the introductory financial accounting course. *International Journal of Business and Social Research*, v. 4, n. 5, p. 12-24, 2014. DOI: <https://doi.org/10.18533/ijbsr.v4i5.426>.

LIMA, F. B. F.; CUSTÓDIO, R. A. A.; LAGIOIA, U. C. T. Análise da percepção de estudantes de Ciências Contábeis sobre investimentos e o mercado de capitais. *Revista de Informação Contábil*, Recife, v. 18, e-024020, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34629/ric-ijar/1982-3967.2024.v18.e-024020>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, Nashville, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>.

MELO, J. M.; MOREIRA, C. S. Educação financeira pessoal: estudo com discentes de Ciências Contábeis. *RC&C - Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 151-169, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5380/rcc.v13i2.79043>.

OECD. OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy. Paris: OECD Publishing, 2023. OECD Business and Finance Policy Papers, n. 39. DOI: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>.

RAKOW, K. C. Incorporating financial literacy into the accounting curriculum. *Accounting Education*, London, v. 28, n. 4, p. 384-400, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/09639284.2019.1578247>.

REMUND, D. L. Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy. *Journal of Consumer Affairs*, Hoboken, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x>.

ROSACKER, K. M.; ROSACKER, R. E. An exploratory study of financial literacy training for accounting and business majors. *The International Journal of Management Education*, Amsterdam, v. 14, n. 1, p. 1-7, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijme.2015.11.002>.

SILVA, N. E. F.; LUCENA, W. G. L. Educação financeira e vieses cognitivos: análise considerando variáveis sociodemográficas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Niterói, v. 16, n. 4, p. 51-70, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12712/rpca.v16i4.56249>.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. *Journal of Business Research*, Amsterdam, v. 104, p. 333-339, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, Thousand Oaks, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>.

TAN, W.; ZHANG, W.; ZHANG, X. Review of research on digital financial literacy: measurement, causes, and impact. *Journal of Economic Surveys*, Hoboken, online first, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1111/joes.70109>.

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JUNIOR, F. J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da Teoria da Resposta ao Item. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 40, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>.

YANG, J.; WU, Y.; HUANG, B. Digital finance and financial literacy: evidence from Chinese households. *Journal of Banking & Finance*, Amsterdam, v. 156, art. 107005, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2023.107005>.